

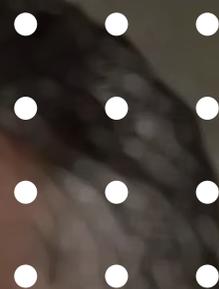
SINDILEX



Fique por
entro

2 de julho de 2025 | nº 117

**Sindilex celebra
a nova etapa de
José Anibal:
merecida
aposentadoria**



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Sindilex completa 19 anos
- Pública prepara quadro de atividades junto ao Congresso
- TCE de Tocantins lança programa para ouvir o cidadão

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

TERÇA**24 DE JUNHO**

(9h) Plantão no TCM

O vice-presidente Daniel Santos e o secretário geral Marcos Alcyr realizaram plantão no TCM juntamente com o escritório de precatórios, que se colocou à disposição dos servidores para dirimir dúvidas.

(11h) Reunião Extraordinária da Pública

O presidente Miguel Lima e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Pública Central dos Servidores para tratar da PEC 66/23, que está em discussão no Congresso Nacional.



(14h) Colégio de Líderes

O vice-presidente Daniel Santos e o diretor de Esportes Eduardo Carrion acompanharam a reunião do Colégio de Líderes presencialmente, e o presidente, Miguel Lima, de forma virtual. Na reunião, houve o descerramento do quadro do Conselheiro Eduardo Tuma, da época em que era presidente da Câmara Municipal. Na pauta de votação da Câmara, constavam projetos do Poder Executivo e projetos de vereadores.



QUARTA

25 DE JUNHO

Plantão no TCM

O vice-presidente Daniel Santos realizou o plantão no Tribunal de Contas e conversou com os servidores sobre diversas demandas. A direção se preparou para a festa junina da Astcom à noite.



(16h) Reunião extraordinária da Pública Central do Servidor

O presidente Miguel Lima participou da reunião extraordinária da Pública Central do Servidor para debater a reforma administrativa e a mobilização dos servidores. A reforma administrativa está sendo discutida na Câmara dos Deputados.



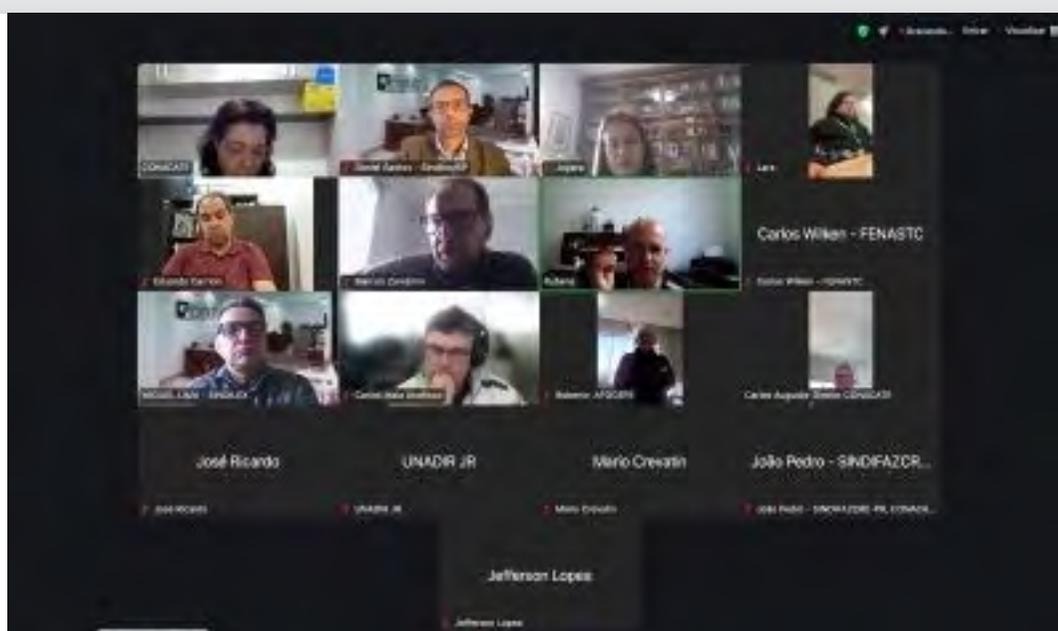
Reunião ordinária da Pública Central do Servidor

O vice-presidente Daniel Santos, a diretora de Comunicação Sônia Alves e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião que, sob a coordenação do presidente José Goze, debateu os seguintes temas da pauta (resumida):

1. PEC 66/23;
2. Reforma Administrativa;
3. Proposta de PEC para retomada do Regime Jurídico Único – RJU;
4. Convocação para visita aos gabinetes dos Deputado nos dias 8, 9 e 10 de julho de 2025.

Reunião da Conacate

O presidente Miguel Lima, o vice-presidente Daniel Santos e o diretor de Esportes Eduardo Carrion participaram da reunião da Conacate que debateu a Reforma Administrativa, tema em discussão na Câmara Federal.



CONQUISTAS DO SINDILEX

Data Base 2025

TCMSP



Reajuste Salarial

Publicada no Diário Oficial a Lei que autoriza o pagamento do reajuste salarial, conforme transcrito abaixo:

LEI Nº 18.236, DE 13 DE MAIO DE 2025

Benefícios

Através da Resolução 08/25, o TCM atendeu às reivindicações da pauta da Data-Base com relação aos benefícios do Vale Refeição, do Auxílio Alimentação e do Auxílio Saúde e atualizou os valores da seguinte forma:



Vale Refeição: atualizado pelo fator **1,0941**



Auxílio Alimentação: atualizado pelo fator **1,0941**



Auxílio Saúde: atualizado pelo fator **1,2812**



BNC: atualizado pelo fator **1,28**



Reajuste Salarial

Publicada a Lei que reajusta o salário dos servidores, conforme abaixo:

LEI Nº 18.237, DE 13 DE MAIO DE 2025
(PROJETO DE LEI Nº 374/25)

Benefícios

As valorações já foram realizadas e os documentos assinados aguardando para publicação no momento propício. De qualquer forma as valorizações são retroativas a março, mês da Data Base da categoria.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Desde 20 de junho de 2006 o Sindilex enfrentou grandes desafios. Primeiramente foi para conquistar sua Carta Sindical a fim de representar legalmente a categoria. A Carta veio em 2009 e daí em diante os desafios foram no sentido do reconhecimento de sua representatividade perante as autoridades da Câmara e do Tribunal de Contas, a sociedade organizada e principalmente perante os servidores.

Hoje, podemos dizer que temos o reconhecimento e o respeito de todos e em particular da categoria porque acumulamos conquistas importantes.



19 anos
de lutas e conquistas
a serviço da categoria

PARABÉNS!



Sindilex celebra aposentadoria de José Anibal

Na sexta-feira, 27 de junho, o Sindilex celebrou a aposentadoria do companheiro José Anibal, que encerra sua trajetória no TCM. Um momento de confraternização que reuniu colegas para reconhecer sua valiosa contribuição.

Como diretor do Sindilex, José Anibal esteve na linha de frente da construção de nossa entidade. Seu compromisso com a luta sindical e sua defesa incansável dos servidores públicos foram essenciais para consolidar nossas conquistas ao longo dos anos.

O Sindilex agradece profundamente por toda dedicação e trabalho realizado ao longo de sua trajetória. Seu exemplo de comprometimento permanecerá como inspiração para todos nós na contínua luta pela valorização do serviço público e pelos direitos da nossa categoria.



SINDICALISMO PELO BRASIL



Enchentes e fiscalização dos recursos públicos



Imagem meramente ilustrativa: Nelson Almeida/AFP

Hildebrando Pereira Presidente do Ceape-Sindicato dos Auditores do TCE-RS escreve para o jornal Gazeta do Povo no dia em que o CEAPE completa 40 anos. No texto, o presidente Hildebrando Pereira, destaca as ações de fiscalização dos Auditores e Auditoras do Tribunal de Contas do RS em relação às Enchentes de 2024

As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024 deixaram marcas profundas na vida da população, nas cidades e na economia do Estado. A tragédia, que comoveu o país, mobilizou esforços de todos os níveis de governo, da sociedade civil e da comunidade internacional. Recursos expressivos foram destinados, especialmente pelo governo federal, para atender às vítimas, recuperar a infraestrutura,

promover a reconstrução das áreas afetadas e estimular a resiliência climática.

Diante desse cenário, o papel dos auditores e das auditoras de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado se torna mais relevante do que nunca. São esses profissionais que atuam na linha de frente da fiscalização, garantindo que cada real destinado à reconstrução seja bem aplicado, com responsabilidade, transparência e efetividade.

Os auditores do TCE têm como missão assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma correta, eficiente e dentro da legalidade. Em situações emergenciais, como a enfrentada pelo Rio Grande do Sul, essa missão se torna ainda mais desafiadora. A urgência das ações não pode ser desculpa para a má gestão, desperdício ou desvio de verbas. A atuação dos auditores é essencial para prevenir fraudes, sobrepreços, contratações irregulares e outros riscos inerentes à aplicação de grandes volumes de recursos em curto espaço de tempo. Eles acompanham desde os processos de contratação de serviços e aquisição de materiais até a execução das obras e a prestação de contas.

Quando a sociedade percebe que há controle, fiscalização e responsabilidade na gestão dos recursos, a confiança nas instituições públicas se fortalece. A transparência não é apenas um dever dos gestores – é um direito do cidadão. Assim, auditores e auditoras são agentes fundamentais para garantir que esse direito seja respeitado.

Além de fiscalizar, os auditores também orientam gestores públicos, indicando boas práticas e apontando correções necessárias para evitar danos ao erário. Dessa forma, seu trabalho contribui não apenas para punir eventuais irregularidades, mas, principalmente, para prevenir problemas e assegurar que os recursos cheguem efetivamente a quem mais precisa.

A tragédia das enchentes exige um esforço coletivo e ético. A reconstrução do Rio Grande do Sul não pode ser manchada por escândalos de corrupção ou má gestão. Cada escola, hospital, ponte, estrada e casa reconstruída representam esperança e dignidade para milhares de famílias.

Por isso, o Ceape-Sindicato dos Auditores de Controle Externo, comemorando os seus 40 anos de existência neste ano de 2025, propugna que valorizar e fortalecer o trabalho da auditoria e de auditores(as) é defender o interesse público, proteger a sociedade e garantir que a solidariedade de todo o país se traduza em ações concretas e eficazes para a população.

Fonte: [Ceape Sindicato](#)



SINDICALISMO PELO BRASIL

Pública prepara quadro de atividades junto ao Congresso

A Pública Central do Servidor preparou um quadro das atividades realizadas e que precisam ser realizadas para impedir que as PECs (Propostas de Emenda Constitucional) sejam aprovadas e retirem mais direitos dos servidores



RELATO DE REUNIÃO DA PÚBLICA CENTRAL DO SERVIDOR (24 e 25/06/2025)

1 – PEC 66/2023

O que é: Visa reabrir prazo para os municípios parcelarem dívidas com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e com os seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Além de estender para 30 anos o prazo para o pagamento de precatórios.

O que está se fazendo: A Comissão Especial sobre Limite Precatário e Débitos Previdenciários apresentou 11 emendas ao projeto. Representante da Pública Sra. Margarida Falcão Coletto foi atendida e esteve reunida com os assessores do Deputado Baleia Rossi (relator das emendas) e solicitaram apoio e explicaram os efeitos negativos da respectiva PEC. Se comprometeram a analisar e ressaltaram a importância e apoio que o Deputado dispensa aos servidores públicos.

O que será feito: A equipe do Parlamentar requereu um relatório indicando quais os pontos a serem combatidos. Material será preparado e enviado.

2 – ANDAMENTO DA REFORMA ADMINISTRATIVA

O que é: O Governo através da Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ester Dweck tem uma proposta de Reforma “Estruturante”. A Câmara dos Deputados instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de discutir e elaborar uma proposta de reforma administrativa no país.

O que está se fazendo: No dia 17 de junho aconteceu a primeira audiência pública do GT (grupo de trabalho) criado pela Câmara dos Deputados (visível em: <https://www.youtube.com/live/dTrFUmTN3bE>) com presença da Pública. Na eminência de que o grupo se finalize com o prazo determinado, do dia 14 de julho, sem que as entidades participem efetivamente do estudo e de relatórios. Faz-se necessário a mobilização junto aos Deputados principalmente os relacionados aos trabalhos.

O que será feito: Será intensificado e fomentado a participação do movimento nos dias 8 a 10 de julho de visitas aos Deputados na Câmara Federal. A PÚBLICA orienta a todos que puderem, também procurar contato com Deputados cada um em suas regiões e apresentar a pauta contrária a esta “reforma”.

3 – VISITA AOS GABINETES DE DEPUTADOS

O que é: Nos dias 8 e 9 de julho de 2025, penúltima semana antes do recesso. A Pública promoverá mutirão de visita aos gabinetes dos Deputados Federais para a entrega de documentos e demandas.

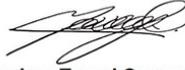
O que está se fazendo: A PÚBLICA está atualizando e desenvolvendo materiais para serem utilizados na abordagem junto aos Parlamentares, tratando sobre a Reforma Administrativa; PEC 66/23; PEC 06/24; PLP 21/23 e PEC RJU (Regime Jurídico Único)

O que será feito: A PÚBLICA convoca o maior número de representantes. “Planejem-se” para que se consiga agenda com parlamentares.

Curitiba/Brasília, 25 de junho de 2025.



José Gozze
Presidente da Pública Federal



Marzimo Turozi Camargos
Diretor de Políticas
Sindefesa-PR
(43) 99142-5251



Hernani Melanda
Presidente do Sindefesa-PR
Vice-Presidente Pública Paraná
41 – 99777 6947



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara aprova projeto que altera a tabela do Imposto de Renda



Imagem meramente ilustrativa: FreePik

Texto garante isenção para quem ganha até dois salários mínimos; proposta vai ao Senado

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (25) projeto de lei que altera a tabela mensal do Imposto de Renda (IR) a fim de garantir a isenção para quem recebe até dois salários mínimos (atualmente R\$ 3.036) a partir de maio de 2025. O texto será enviado ao Senado.

De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), o Projeto de Lei 2692/25 repete a Medida Provisória 1294/25, que perde a vigência em agosto deste ano. O texto foi relatado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), que recomendou

a aprovação sem mudanças, apenas prevendo a revogação da MP. Todos os partidos votaram a favor do projeto.

O texto corrige a primeira faixa da tabela e eleva o limite de aplicação da alíquota zero, que passará de R\$ 2.259,20 para R\$ 2.428,80. Segundo o governo, o reajuste para essa faixa implicará renúncia fiscal de R\$ 3,29 bilhões neste ano.

Devido à sanção do Orçamento de 2025 apenas em abril, o reajuste da tabela vale a partir de maio.

Isenção

As pessoas que ganham até dois salários mínimos já eram isentas em anos anteriores. No entanto, o governo precisou atualizar a tabela do IR em razão do reajuste do salário mínimo no início do ano.

"O acordo construído foi que esse projeto não tivesse alteração alguma da medida provisória [1294/25, com mesmo teor]. Para que ele não machucasse o debate que vamos fazer, muito mais amplo quando vier o projeto que isenta os R\$ 5 mil com as suas possíveis compensações", informou Arthur Lira.

Fonte: [Agência Câmara de Notícias](#)

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCE de Tocantins lança programa para ouvir o cidadão

Consulta pública vai ajudar a definir fiscalizações de 2026

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) quer ouvir a opinião da população para definir os principais temas que serão fiscalizados em 2026. Para isso, lançou uma nova consulta pública online, aberta a todos os cidadãos tocantinenses. A participação vai até 15 de outubro.

O anúncio foi feito durante o evento “TCE de Olho no Futuro – Aliança pela Primeira Infância”, como parte de uma estratégia do Tribunal para aproximar ainda mais o controle externo da realidade da população.

A ideia é simples: cada pessoa poderá escolher até 10 temas que mais impactam a sua cidade ou região, entre os 100 desafios listados pelo Tribunal, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Entre as áreas estão saúde, educação, igualdade de gênero, saneamento, segurança pública, meio ambiente e governança.

A consulta estará disponível no site oficial do TCETO até o dia 15 de outubro de 2025. A proposta é fortalecer a participação cidadã, escutando diretamente o que a sociedade considera mais urgente e necessário.

“Nosso objetivo é alinhar as ações de fiscalização do Tribunal às verdadeiras necessidades do povo tocantinense. Queremos construir uma atuação mais participativa, eficaz e conectada com os desafios reais enfrentados pela população”, destacou a diretora-geral de Controle Externo, Dênia Luz.

A consulta estará disponível no site oficial do TCETO até o dia 15 de outubro de 2025. A proposta é fortalecer a participação cidadã, escutando diretamente o que a sociedade considera mais urgente e necessário.



“Nosso objetivo é alinhar as ações de fiscalização do Tribunal às verdadeiras necessidades do povo tocantinense. Queremos construir uma atuação mais participativa, eficaz e conectada com os desafios reais enfrentados pela população”, destacou a diretora-geral de Controle Externo, Dênia Luz.

Experiência que dá resultado

A consulta pública faz parte do projeto TCE de Olho no Futuro, que também inclui a ampliação do Observatório Cidadão e parcerias com universidades, conselhos municipais e organizações civis. Em 2024, por exemplo, as sugestões enviadas pela população ajudaram o TCE a definir ações de controle nas áreas de extrema pobreza, saúde e acesso a serviços básicos, que já estão sendo fiscalizadas em 2025.

A consulta será realizada anualmente e os gestores municipais também foram convidados a compartilhar o link da pesquisa em suas redes sociais e sites institucionais, incentivando a participação popular em todos os 139 municípios.



Sem Auditoria da Dívida e preso ao “Arcabouço Fiscal”, governo sofre derrotas no congresso



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

Hoje, os jornais repercutiram a derrota do governo no Congresso Nacional, com a derrubada dos decretos presidenciais que aumentaram o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na tentativa de aumentar a arrecadação e assim cumprir as insanas metas do “arcabouço fiscal”, criadas pelo próprio governo para privilegiar o Sistema da Dívida.

Apesar do discurso oficial de que os decretos que elevaram o IOF afetariam somente os super ricos, na realidade, eles incluem, principalmente, a duplicação do imposto sobre a tomada de financiamentos de todas as empresas (de 1,5% para 3% ao ano), o que afetaria até mesmo as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Simples Nacional (0,5% para 1% ao ano, em operações acima de R\$ 30 mil). Tais decretos agravariam ainda mais os impactos da nefasta política monetária do Banco Central, ao aumentar o custo dos empréstimos

e financiamentos, inibindo ainda mais os investimentos e deprimindo a economia.

Tudo isso para tentar cumprir metas de “superavit primário” criadas pelo próprio governo, de modo a destinar ainda mais recursos de fontes tributárias para o pagamento de juros e amortizações da questionável “dívida pública”, que na verdade deveria ser auditada, com participação da sociedade. Logicamente que este não foi o argumento utilizado pelos parlamentares que derrubaram os decretos, que alegaram a suposta necessidade de o governo cortar gastos sociais, pois também não têm vontade política de enfrentar o Sistema da Dívida, que absorve mais de 40% do orçamento federal todo ano.

Preso a uma meta absurda de “superavit primário” que ele mesmo criou, o governo mantém vultosos recursos (por exemplo, os R\$ 1,74 TRILHÃO disponíveis na sua própria Conta Única, ou os R\$ 2 TRILHÕES anuais de novos empréstimos) guardados para o Sistema da Dívida, em vez de financiar o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Tem feito o contrário: cortado investimentos sociais em todas as áreas e retirado direitos da classe trabalhadora, a exemplo do pacote de final de 2024. Assim, o governo não consegue ditar a agenda política do país, ficando refém das redes sociais da extrema direita, comprometendo a sua popularidade e, por consequência, o seu apoio parlamentar. A saída está no enfrentamento desse modelo que só produz escassez e o primeiro passo é a realização da auditoria com participação social.

Fonte: [ACD](#)

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: FreePik



Racismo e Capitalismo: uma leitura a partir do materialismo histórico-dialético

por *Taylisi Leite*
junho/2025

A compreensão do racismo como elemento estruturante da sociedade capitalista exige um esforço teórico que vá além da moralização do preconceito. O materialismo histórico-dialético, enquanto método de análise da realidade social, oferece uma base epistemológica para situar o racismo não como desvio, mas como mediação fundamental do modo de produção capitalista. Essa perspectiva rompe com abordagens idealistas que tratam a discriminação racial como um resquício do passado ou uma falha moral da sociedade contemporânea, e insere a questão racial no cerne da lógica de acumulação de capital.

No caso brasileiro, essa análise ganha contornos particulares, dada a centralidade que a escravidão teve na formação econômico-social do país. Jacob Gorender (1978), em sua obra *O Escravismo Colonial*, defende que o Brasil conheceu um modo de produção específico, fundado na exploração direta e violenta do trabalho escravizado negro, articulado ao mercado mundial. A escravidão, portanto, não foi um acidente histórico, mas forma adequada de inserir o Brasil na totalidade capitalista em ascensão. Nesse sentido, o racismo moderno, institucionalizado com a colonização, constitui uma tecnologia de poder que racializa sujeitos para justificar a expropriação de sua força de trabalho.

Essa leitura é reforçada por autores como Clóvis Moura (1988), que identifica o racismo como mecanismo de contenção e dominação das classes exploradas negras, ainda após a Abolição. Segundo ele, as lutas escravas e quilombolas não foram movimentos isolados ou meramente identitários, mas expressões genuínas da luta de classes. Moura identifica o racismo como parte do aparato ideológico do Estado burguês no Brasil, funcionando como instrumento para legitimar a exclusão social e a repressão das populações negras.

Florestan Fernandes (1978) contribui ao analisar o pós-Abolição e a chamada "integração do negro" como um processo frustrado de inserção subordinada ao mercado de trabalho. A ideologia da "democracia racial", segundo ele, operou como mito legitimador da desigualdade estrutural, ocultando as barreiras materiais que impedem a ascensão social da população negra. Tal ocultamento é funcional à reprodução do capitalismo periférico, pois mantém reservas de força de trabalho precarizada e disponível, disciplinada pela ameaça constante da exclusão racializada.

Na contemporaneidade, a atualização dessas leituras pode ser encontrada na obra de Silvio Almeida (2018), que define o racismo estrutural como um conjunto de práticas e instituições que produzem e reproduzem desigualdades racializadas de forma orgânica e funcional ao capital. Almeida retoma, implicitamente, a tradição do materialismo histórico ao demonstrar

como o racismo organiza o acesso aos direitos, aos recursos e à cidadania. A população negra permanece majoritariamente nos setores de trabalho mais precarizados, sob controle penal intensificado e com menor acesso à moradia digna, educação e saúde — evidenciando a função econômica e política da racialização no neoliberalismo.

Outro ponto fundamental é a contribuição de Lélia Gonzalez (1984), que alia o pensamento marxista à crítica feminista negra. Para ela, a sociedade latino-americana é estruturada por um racismo-sexismo que opera tanto na esfera produtiva quanto reprodutiva. As mulheres negras, nesse sentido, não apenas compõem a base da pirâmide social no mundo do trabalho, mas também sustentam, de forma invisibilizada, a reprodução cotidiana da força de trabalho. Gonzalez antecipa debates recentes sobre a centralidade do trabalho reprodutivo no capitalismo e denuncia a naturalização da exploração doméstica racializada.

Diante disso, é possível afirmar que o racismo não é um fenômeno externo ou residual ao capitalismo, mas sim uma de suas condições de existência histórica, especialmente nas formações sociais periféricas como a brasileira. Trata-se de uma forma de hierarquização social que viabiliza a superexploração da força de trabalho e legitima desigualdades profundas, tornando-se funcional à acumulação de capital. Enfrentar o racismo, portanto, exige mais do que reformas pontuais ou políticas identitárias: requer uma transformação radical das estruturas sociais, econômicas e políticas — ou seja, um projeto socialista que seja também, desde o início, antirracista.

Taylisi Leite é Doutora em Direito Político e Econômico pela UPM (Universidade Presbiteriana do Mackenzie), Mestra e bacharel em Direito pela Unesp e autora de diversos livros, capítulos e artigos. Um de seus destaques é a obra “Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita Garibaldi, 1988.

DU BOIS, W. E. B. Black Reconstruction in America (1860–1880). New York: Free Press, 1998 [1935].

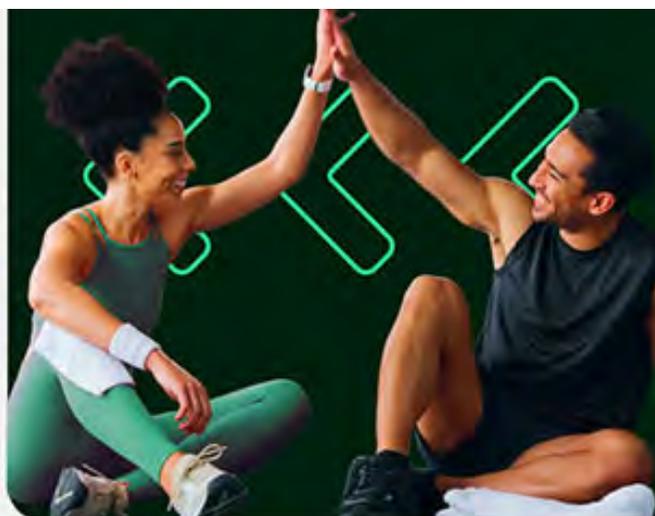
COX, Oliver C. Caste, Class and Race: A Study in Social Dynamics. New York: Monthly Review Press, 1959.

IANNI, Octávio. Raça e classe no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Nota: Os artigos representam a opinião dos autores e não necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

TOTALPASS

TREINO EM COMPANHIA É GANHO EM DOBRO!



Treinar com alguém especial pode **te incentivar e deixar a sessão ainda mais divertida!**

Aproveite seu benefício TotalPass e **inclua dependentes***:

01

No app da Totalpass, acesse a aba "Minha Conta"

02

Vá em "Meus dependentes" > "Convidar dependentes"

03

Faça um pré-cadastro inserindo CPF e e-mail do dependente

04

Pronto! Agora é só compartilhar o link e finalizar o cadastro



Ainda não tem o app TotalPass?
Faça o download na Google Play ou App Store.

bit.ly/aplicativo-totalpass



#VAMOSTOTALIZAR



[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)

MASSOTERAPIA

ADRIANA VALÉRIA RIBEIRO



Melhores benefícios da
*Drenagem
Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ESTÉTICA AVANÇADA

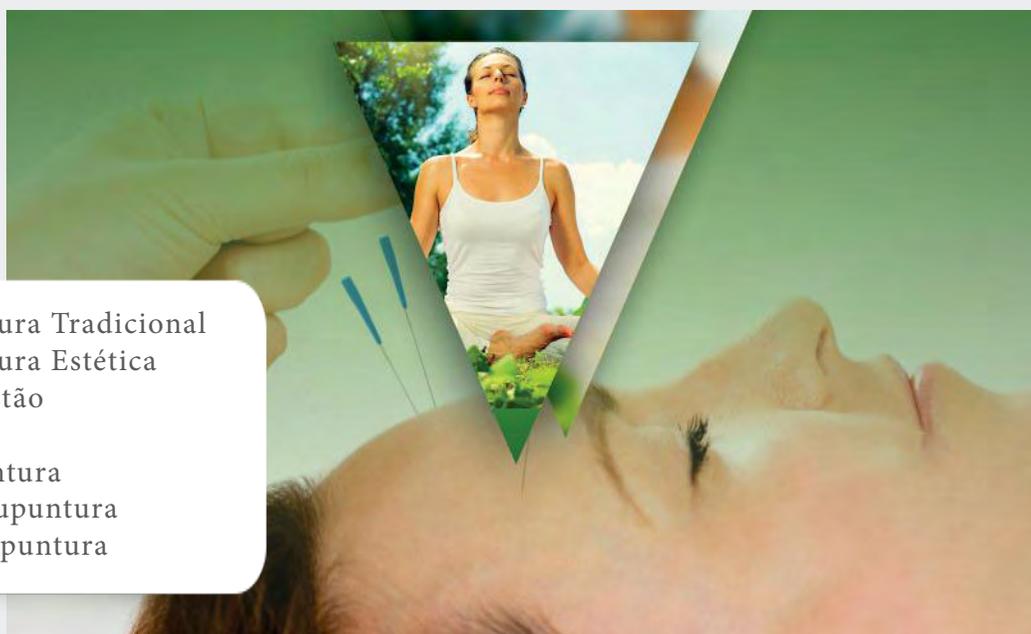
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ATENDIMENTO JURÍDICO



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação



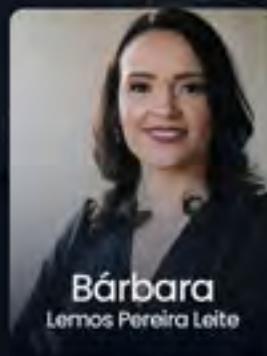
Corpo Jurídico



Graduado em Direito pela Faculdade de Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Ceará - UECE

Especialista em Direito Tributário



Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito Processual Civil e Direito e Processo do Trabalho

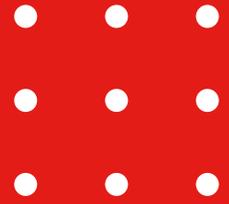
Especialista em Direito Bancário



Graduada em Direito pelo Centro Universitário ICESP - UNICESP

Especialista em Direito Imobiliário e Família e Sucessões

AÇÕES JUDICIAIS



ATENÇÃO: AÇÕES DO PASEP

Em dezembro de 2024, o STJ suspendeu todos os processos judiciais relacionados ao PASEP, até o julgamento do tema 1.300 do STJ. O referido tema analisa quem deve comprovar a regularidade dos saques das contas individualizadas do PASEP, ou seja, trata do ônus prova.

O escritório Innocenti Advogados, por cautela, decidiu **por suspender o ajuizamento das demandas individuais até o julgamento.**

As notas técnicas para cada interessado, com a identificação de possível irregularidade nos extratos da conta do PASEP e orientações necessárias, voltarão a ser encaminhadas em julho de 2025. Em caso de dúvidas, estamos à disposição www.innocenti.com.br

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais